

CORREIO DE SERGIPE

QUEM LÊ SABE MAIS

Ano XXIII • Aracaju (SE)

FUNDADOR: JOÃO ALVES NETO, EM 21 DE JANEIRO DE 2001

Aracaju (SE), **QUINTA-FEIRA 30** de abril de 2026

EMPRESA SERGIPANA DE TURISMO S/A

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2025

EMPRESA SERGIPANA DE TURISMO S/A Balanço patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

ATIVO		
	2025	2024
Circulante	913	920
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	32	27
Créditos e Valores de curto prazo (nota 5)	382	123
Estoques	5	5
Depósitos Judiciais (nota 6)	494	766
Não Circulante	9.997	10.446
Investimentos (nota 7)	7.193	7.193
Imobilizado (nota 8)	2.791	3.031
Intangível (nota 9)	13	-
Total do Ativo	10.910	11.144

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2025	2024
Circulante	3.197	3.145
Contas a Pagar	158	124
Obrigações Trabalhistas e Fiscais	498	180
Convênios Firmados (nota 10)	2.276	2.832
Outras obrigações de curto prazo	265	10
Não Circulante	1.852	1.852
Processos Judiciais a Pagar (nota 11)	1.852	1.852
Total do Passivo	5.049	4.997
Patrimônio Líquido (nota 12)	5.861	6.147
Capital Social	34.551	34.551
Reservas	15.073	15.073
(Prejuízos) Acumulados	(43.763)	(43.477)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	10.910	11.144

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Aracaju, 31 de dezembro de 2025

FABIANO LUIS DE ALMEIDA OLIVEIRA
Diretor Presidente

JENILTON GOMES DA SILVA
Diretor Administrativo Financeiro

MAURICIO CARVALHO GOMES
Diretor de Operações

MARLEIDE ALCANTARA DE ARAUJO
Contadora CRC/SE 4264

EMPRESA SERGIPANA DE TURISMO S/A Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

Descrição	2025	2024
Receita Líquida de Serviços	34	37
(-) Custos Operacionais	(436)	(65)
Lucro Bruto	(402)	(28)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(241)	(144)
Repasses governamentais do Estado de SE (nota 12.2)	4.531	3.359
Despesas com Pessoal e Encargos (nota 13)	(4.335)	(3.254)
Despesas com depreciações e amortizações	(225)	(225)
Despesas Tributárias	(23)	(14)
Despesas Judiciais	-	(10)
Outras Despesas Operacionais	(189)	-
Lucro/(Prejuízo) antes do Resultado Financeiro	(643)	(172)
Resultado Financeiro Líquido	1	2
Receitas Financeiras	3	2
(-) Despesas Financeiras	(2)	-
Lucro/(prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(642)	(170)
Provisão para Contribuição Social	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	(170)
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício	(642)	(170)
nº de ações em circulação	34.551	34.551
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação (em reais)	(0,02)	(0,00)
Valor patrimonial da ação (em reais)	-	-

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Aracaju, 31 de dezembro de 2025

FABIANO LUIS DE ALMEIDA OLIVEIRA
Diretor Presidente

JENILTON GOMES DA SILVA
Diretor Administrativo Financeiro

MAURICIO CARVALHO GOMES
Diretor de Operações

MARLEIDE ALCANTARA DE ARAUJO
Contadora CRC/SE 4264

EMPRESA SERGIPANA DE TURISMO S/A Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

Descrição	Capital Social	Reservas	Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Em 1º de Janeiro de 2024	34.551	15.073	(43.306)	6.318
Ajustes de exercícios Anteriores	-	-	(1)	(1)
Lucro/Prejuízo do Período	-	-	(170)	(170)
Em 31 de dezembro de 2024	34.551	15.073	(43.477)	6.147
Mutação de 2024	-	-	(171)	(171)
Em 1º de Janeiro de 2025	34.551	15.073	(43.118)	6.505
Ajustes de exercícios Anteriores	-	-	(2)	(2)
Lucro/Prejuízo do Período	-	-	(642)	(642)
Em 31 de dezembro de 2025	34.551	15.073	(43.762)	5.861
Mutação de 2025	-	-	(644)	(644)

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Aracaju, 31 de dezembro de 2025

FABIANO LUIS DE ALMEIDA OLIVEIRA
Diretor Presidente

JENILTON GOMES DA SILVA
Diretor Administrativo Financeiro

MAURICIO CARVALHO GOMES
Diretor de Operações

MARLEIDE ALCANTARA DE ARAUJO
Contadora CRC/SE 4264

EMPRESA SERGIPANA DE TURISMO S/A Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

Descrição	2025	2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro/(prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(642)	(170)
Ajustes do Lucro Líquido	-	-
Depreciação e Amortização no exercício	225	225
Ajustes de Exercício anterior	(2)	(1)
Obrigações Contingenciais	-	-
Redução (Aumento) de Ativos		
Redução (Aumento) Créditos e Valores de curto prazo	(0)	(0)
Redução (Aumento) Depósitos Judiciais	(70)	(8)
(Redução) Aumento de Passivos		
(Redução) Aumento das Contas a Pagar	55	9
(Redução) Aumento de Obrig. Trabalhistas e Fiscais	368	(52)
(Redução) Aumento Valores de Convênio Firmados	-	-
(Redução) Aumento Outras obrigações de curto prazo	71	1
Caixa Gerado/(consumido) pelas Operações	5	4
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades operacionais	5	4
Fluxo de Caixa das Atividades Investimentos		
Redução (Aumento) Imobilizado/Intangível	-	(2)
Redução (Aumento) Investimentos	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	(2)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos	-	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	-	-
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	5	2
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício (nota 4)	26	25
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício (nota 4)	31	27
Varição de Caixa e Equivalentes de Caixa	5	2

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Aracaju, 31 de dezembro de 2025

FABIANO LUIS DE ALMEIDA OLIVEIRA
Diretor Presidente

JENILTON GOMES DA SILVA
Diretor Administrativo Financeiro

MAURICIO CARVALHO GOMES
Diretor de Operações

MARLEIDE ALCANTARA DE ARAUJO
Contadora CRC/SE 4264

EMPRESA SERGIPANA DE TURISMO S/A Demonstração do Valor Adicionado Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

Descrição	2025	2024
1. Receitas	34	37
Venda de Serviços	34	37
2. Insumos Adquiridos de Terceiros	627	63
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	627	63

3. Valor Adicionado Bruto (1 - 2)	(593)	(26)
4. Retenções	225	225
Depreciações, Amortizações e Exaustão	225	225
5. Valor Adicionado Líquido (3 - 4)	(368)	(251)
6. Valor Adicionado Recebido em Transferência	4.534	3.361
Receitas Financeiras	3	2
Repasses governamentais do Estado de SE	4.531	3.359
7. Valor Adicionado Total a Distribuir (5 + 6)	3.716	3.110
8. Distribuição do Valor Adicionado	3.716	3.110
Pessoal e Encargos	4.335	3.254
Impostos, Taxas e Contribuições	23	14
Lucros Retidos/Prejuízo do Período	(642)	(158)

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Aracaju, 31 de dezembro de 2025

FABIANO LUIS DE ALMEIDA OLIVEIRA
Diretor Presidente

JENILTON GOMES DA SILVA
Diretor Administrativo Financeiro

MAURICIO CARVALHO GOMES
Diretor de Operações

MARLEIDE ALCANTARA DE ARAUJO
Contadora CRC/SE 4264

EMPRESA SERGIPANA DE TURISMO S/A Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

1. Informações Gerais e contexto operacional

A Empresa Sergipana de Turismo S/A - EMSETUR, vinculada à Secretaria de Estado de Turismo SETUR/SE, instituída pela Lei nº 1.721, de 09 de dezembro de 1971, é uma empresa dotada de personalidade jurídica de direito privado, revestida da forma de sociedade anônima fechada, de acordo com a Lei n.º 6.404/76, sendo classificada como Sociedade de Economia Mista Estadual. Em 2015 a Diretoria da EMSETUR passou a ser exercida por um Diretor Presidente/Interventor em conformidade com a Lei Estadual nº 7.993, de 19 de janeiro de 2015 e Decreto Estadual nº 29.969, de 10 de março de 2015.

Em Abril de 2025, a empresa foi reativada, por determinação do Governo do Estado de Sergipe, mediante implantação de uma nova diretoria e recomposição dos Conselhos de Administração e Fiscal, e tendo como propósito, atuar na promoção do setor turístico estadual, como vetor estratégico de desenvolvimento econômico, inclusão social, preservação ambiental e fortalecimento da identidade cultural do território sergipano. Com a reativação, houve uma reestruturação organizacional, aprovada mediante suplementação orçamentária, efetivada com rigor técnico e legal, observando-se todas as etapas do processo de controle interno e as normas vigentes, viabilizando a ampliação dos recursos disponíveis, para atendimento às novas exigências, decorrentes da reconfiguração dos processos internos, da alocação de novas atribuições e da necessidade de ajustes na gestão de pessoal e infraestrutura.

A EMSETUR tem como objeto na administração pública em geral: incrementar o desenvolvimento da indústria turística no Estado, podendo participar dos planos e programas coordenados pelo Governo Federal e ao mesmo tempo promover e facilitar o intercâmbio com órgãos afins de quaisquer outros estados e mesmo de outros países; firmar contratos, convênios ou outros atos capazes de facilitar as suas tarefas e atividades destinadas à melhoria socioeconômica do Estado; firmar contratos, convênios e outros atos com o Órgão Máximo do Turismo Nacional com a finalidade de estimular a participação de empresas e empreendimentos locais no sistema turístico nacional, inclusive para o exercício do controle da qualidade do produto turístico estadual; desenvolver continuada e sistematicamente estudos de natureza técnica a fim de fornecer base ao aproveitamento racional das potencialidades turísticas do Estado e executar a política de turismo, inclusive por meio de proposição, execução e fomento a projetos culturais ou ambientais, podendo para tanto, captar recursos junto a instituições públicas ou privadas, nacionais e internacionais.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

A partir do ano-calendário de 2025, as demonstrações contábeis da EMSETUR passam a ser elaboradas exclusivamente por meio do sistema contábil I-Gesp – Gestão Pública Integrada, da Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe (SEFAZ/SE), em conformidade com os arts. 1º e 2º do Decreto Estadual nº 28.830, de 16 de outubro de 2012, que estabelece a utilização desse sistema nas áreas orçamentária, financeira, patrimonial e contábil em todos os órgãos da administração direta e indireta dos Poderes do Estado de Sergipe.

As demonstrações contábeis apresentadas na Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2025 foram elaboradas por meio do sistema I-Gesp, em atendimento às recomendações da Controladoria-Geral do Estado (CGE/SE), conforme a Instrução Normativa nº 001/CGE/2026, e com base no Anexo VI da Resolução TC nº 372/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE/SE).

Resalta-se que as demonstrações contábeis apresentadas para fins comparativos do exercício de 2024 foram elaboradas em sistema distinto, então utilizado pela entidade (“DP Sistema”). Em razão dessa mudança de sistema, os saldos de 2024 podem não ser plenamente comparáveis com os saldos iniciais de 2025, em decorrência dos efeitos da migração e das diferenças de parametrização entre os sistemas.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo: A Lei das sociedades por Ações (6.404/76) que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09; incluindo as normas de contabilidade aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

Em concordância com a legislação aplicada e a NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, emitida e aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade, os demonstrativos financeiros estão apresentados de forma comparativa ao exercício anterior. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações estão definidas a seguir. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

O Balanço Patrimonial tem a finalidade de apresentar a posição financeira e patrimonial da Empresa, representando, portanto, uma posição estática. De acordo com o artigo 178 da Lei nº 6.404/76, no balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia. Para o Ativo, as contas estão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez e, para o Passivo, em ordem decrescente de prioridade de pagamento das exigibilidades.

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), apresenta, de forma resumida, as operações realizadas pela EMSETUR, durante o período de janeiro a dezembro de 2025, demonstradas de forma a destacar o resultado líquido do período, incluindo o que se denomina de receitas e despesas realizadas. Foi elaborada de acordo com o artigo 187 da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e 11.941, de 27 de maio de 2009, e, ainda, de acordo com a NBC TG a NBC TG 26 (R4) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, emitida e aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade.

3. Principais Práticas e Políticas Contábeis

a) Regime de Escrituração – a empresa adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo fato financeiro de recebimento ou pagamento;

b) Caixa e equivalentes de caixa – estão avaliadas aos valores de numerários em espécie (caixa, banco conta corrente e aplicações de liquidez imediata) e atualizados para a data do balanço em moeda nacional corrente. Para os rendimentos das aplicações são contabilizados no resultado do período;

c) Créditos e Valores a Curto Prazo – representados por saldos de contas dos adiantamentos concedidos, tributos a recuperar/compensar, depósitos restituíveis e outros créditos a receber;

d) Estoques - registrados ao preço de aquisição, deduzido dos impostos compensáveis quando incidentes, e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável;

e) Investimentos – registro das participações permanentes que a EMSETUR apresenta no término do exercício;

f) Imobilizado - É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, sendo suas depreciações calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens;

g) Intangível – trata-se de marcas, direitos e patentes industriais, sendo suas amortizações calculadas mediante uso ou contratos destes intangíveis;

h) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes - demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias, deduzidos das provisões para perdas e ajuste ao valor de mercado;

i) Demais Passivos Circulantes e Não Circulantes – estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos, quando aplicáveis, os encargos incorridos;

j) Contingências - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

- Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

- Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Representado pelos saldos existentes em contas correntes bancárias e em aplicações financeiras. O saldo em 2025 é de R\$ 32mil (R\$ 27 mil, em 2024).

5. Créditos e Valores de curto prazo

Referem-se aos valores de impostos a recuperar, adiantamento a fornecedores e outros créditos. Em 2025, os saldos foram registrados no Sistema I-GESP e em 2024, os saldos

foram registrados no programa contábil “DP Sistema”, conforme apresentamos abaixo:

Descrição	Saldos em mil R\$	
	2025	2024
Impostos a Recuperar	R\$ 41	R\$ 89
Outros Créditos	R\$ 336	R\$ 29
Adiantamentos a Fornecedores	R\$ 4	R\$ 4
Total de Créditos e Valores de curto prazo	R\$ 382	R\$ 123

6. Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais são valores bloqueados pelo Tribunal Regional do Trabalho (Varas Trabalhistas), Tribunal de Justiça de Sergipe (Varas Cíveis), Execução Fiscais (Indenizações e Cobranças) e Tribunal Regional Federal (Varas do 6º Região). Em 2025, os saldos foram apurados no Sistema I-GESP e em 2024, os saldos foram registrados no programa contábil “DP Sistema”.

A composição dos bloqueios judiciais (depósitos judiciais) apresenta os seguintes saldos no encerramento do exercício:

Descrição	Saldos em mil R\$	
	2025	2024
Depósitos Judiciais	R\$494	R\$766

7. Investimentos

Registrados na rubrica, os investimentos em empreendimentos hoteleiros e turísticos no Estado de Sergipe, com sua composição realizada a valor de custo. Em 2025, os saldos foram apurados no Sistema I-GESP e em 2024, os saldos foram registrados no programa contábil “DP Sistema”.

Investimentos	Saldos em mil R\$	
	2025	2024
ACQUATUR – HOTEIS E TUR S/A	R\$ 85	R\$ 85
A.M. EMP. TURISTICOS S/A	R\$ 463	R\$ 463
CODISE	R\$ 1	R\$ 1
COSIL HOTEIS E TURISMO S/A	R\$ 6.643	R\$ 6.643
Total dos Investimentos	R\$ 7.193	R\$ 7.193

8. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada, com percentuais de depreciação aplicados consoante as normas fiscais vigentes e por meio do método linear. Em 2025, os saldos foram apurados no Sistema I-gesp, conforme apresentamos abaixo. As despesas com depreciação totalizaram R\$ 225 mil.

IMOBILIZADO	Saldo Líquido em 31/12/2024 “DP Sistema”	Saldo Líquido em 31/12/2024 “Sistemas I-GESP”	Adições	Baixas	(-) Depreciação Acumulada	Saldo Líquido em 31/12/2025 “Sistemas I-GESP”
VALOR TOTAL	R\$ 8.313	R\$ 8.300	-	-	-	R\$ 8.300
Móveis e Utensílios	R\$ 176	R\$ 176	-	-	-	R\$ 176
Veículos	R\$ 48	R\$ 48	-	-	-	R\$ 48
Máquinas e equipamentos	R\$ 187	R\$ 187	-	-	-	R\$ 187
Equipamentos de Informática	R\$ 136	R\$ 131	-	-	-	R\$ 131
Terrenos	R\$ 2.124	R\$ 2.124	-	-	-	R\$ 2.124
Edifícios	R\$ 5.618	R\$ 5.618	-	-	-	R\$ 5.618
Conc. Fonte Mineral	R\$ 8	R\$ 0	-	-	-	R\$ 0
Obras em Andamentos	R\$ 16	R\$ 16	-	-	-	R\$ 16
DEPRECIAÇÃO TOTAL	-R\$ 5.282	-R\$ 5.282	-	-	-225	-R\$ 5.507
(-) Depreciação Acumulada até	-R\$ 485	-R\$ 485	-	-	-	-R\$ 485
(-) Móveis e Utensílios	-R\$ 176	-R\$ 176	-	-	-	-R\$ 176
(-) Veículos	-R\$ 48	-R\$ 48	-	-	-	-R\$ 48
(-) Máquinas e equipamentos	-R\$ 185	-R\$ 185	-	-	-	-R\$ 185
(-) Equipamentos de Informática	-R\$ 129	-R\$ 129	-	-	-	-R\$ 129
(-) Edifícios e Dependências	-R\$ 4.259	-R\$ 4.259	-	-</		

companhia.

Aracaju, 28 de abril de 2026

FABIANO LUIS DE ALMEIDA OLIVEIRA
Diretor Presidente

JENILTON GOMES DA SILVA
Diretor Administrativo Financeiro

MAURICIO CARVALHO GOMES
Diretor de Operações

MARLEIDE ALCANTARA DE ARAUJO
Contadora CRC/SE 4264

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Senhores
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
EMPRESA SERGIPANA DE TURISMO S/A - EMSETUR

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da **EMPRESA SERGIPANA DE TURISMO S/A – EMSETUR (“companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA SERGIPANA DE TURISMO S/A – EMSETUR (“companhia”)**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas – NBC TG 1000 (R1).

Base para opinião com ressalvas

No exercício de 2025, a EMSETUR apresenta, no ativo circulante, o montante de R\$ 876 mil, decorrente da soma das rubricas “Créditos e Valores de Curto Prazo” (Nota Explicativa nº 5) e “Depósitos Judiciais” (Nota Explicativa nº 6). A Companhia não dispõe, na data-base, de controles financeiros e jurídicos adequados que permitam suportar e avaliar os benefícios econômicos futuros desses ativos. Adicionalmente, a resposta à circularização da assessoria jurídica não apresentou a composição detalhada dos depósitos por processo judicial, tampouco permitiu identificar os valores já levantados por exequentes ou aqueles ainda em tramitação. Em decorrência dessas limitações, não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre tais saldos e, consequentemente, não estamos em condições de opinar sobre os valores registrados e os possíveis efeitos no ativo, no patrimônio líquido e no resultado da Companhia.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 7, em 31 de dezembro de 2025, a EMSETUR registra, no ativo não circulante, na rubrica “Investimentos”, o montante de R\$ 7.193 mil, saldo que permanece inalterado em relação a exercícios anteriores. Não foi realizada a avaliação de recuperabilidade desses investimentos, em desacordo com a NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, em conjunto com a NBC TG 18 (R3) – Investimento em Coligada, Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto. Dessa forma, não foi possível obter evidência suficiente quanto à capacidade desses ativos de gerar benefícios econômicos futuros. Consequentemente, não estamos em condições de opinar sobre os valores registrados e seus possíveis efeitos no ativo, no patrimônio líquido e no resultado da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025, a EMSETUR apresenta, no ativo imobilizado, o valor líquido de R\$ 2.791 mil. Não foi realizada a avaliação de recuperabilidade dos ativos, conforme requerido pela NBC TG 01 (R4), tampouco a estimativa da vida útil econômica dos bens para fins de cálculo da depreciação, em desacordo com a NBC TG 27 (R4) – Ativo Imobilizado. Adicionalmente, o controle patrimonial adotado pela Companhia não se encontra adequadamente estruturado, não permitindo a adequada rastreabilidade das movimentações e saldos. Em razão dessas limitações, não obtivemos evidência apropriada e suficiente e, portanto, não estamos em condições de opinar sobre os valores registrados no ativo imobilizado, bem como sobre seus efeitos no ativo, no patrimônio líquido e no resultado da Companhia.

No exercício de 2025, a Companhia reconhece em suas demonstrações contábeis o montante de R\$ 1.852 mil referente a provisões para ações judiciais passivas com prognóstico de perda provável, conforme Nota Explicativa nº 11. Contudo, relatório emitido pela assessoria jurídica indica a existência de quatro processos cíveis e vinte e nove processos trabalhistas com prognóstico de perda provável, totalizando R\$ 3.992 mil. Dessa forma, verifica-se a ausência de conciliação entre os valores reportados e os efetivamente provisionados, bem como inadequação na mensuração contábil, em desacordo com a NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, resultando na subavaliação do passivo em R\$ 2.140 mil e, consequentemente, na superavaliação do patrimônio líquido e do resultado no mesmo montante.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 10, em 31 de dezembro de 2025, a EMSETUR apresenta, na rubrica “Convênios Firmados”, o montante de R\$ 2.276 mil, saldo que permanece sem movimentação desde exercícios anteriores a 2009. Diante da ausência de controles adequados e da não atualização desses valores, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre a mensuração e a existência dessas obrigações. Consequentemente, não estamos em condições de opinar sobre os valores registrados e seus possíveis efeitos no passivo, no patrimônio líquido e no resultado da Companhia.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Ênfase

Repasses do Governo do Estado de Sergipe

A Lei Estadual nº 7.993/2015 autoriza o Poder Executivo a fundir, incorporar, transformar ou extinguir entidades da administração pública estadual, bem como a adotar outras providências correlatas. A Empresa Sergipana de Turismo S/A (EMSETUR) encontra-se abrangida por essa legislação, tendo sido, inclusive, administrada por Diretor-Presidente (Interventor). No exercício de 2025, o acionista majoritário da EMSETUR, o Estado de Sergipe, procedeu à nomeação de novo Diretor-Presidente, bem como da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal, sinalizando a continuidade operacional da Companhia. Não obstante essa condição, verificou-se a existência de repasses recorrentes do Governo do Estado de Sergipe, evidenciando o grau de dependência da EMSETUR para a manutenção de suas operações. Nesse contexto, a Companhia recebe, periodicamente, recursos destinados ao custeio de despesas operacionais e de manutenção, provenientes de seu acionista majoritário. No exercício de 2025, foram recebidos recursos no montante de R\$ 4.531 mil (R\$ 3.359 mil em 2024), conforme evidenciado nas Notas Explicativas nº 1 e nº 11.1. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, preparadas sob a responsabilidade da administração da Empresa, cuja apresentação é voluntária, sendo esta obrigatória para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos efeitos descritos no parágrafo “Base para opinião com ressalvas”, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborados no sistema contábil “DP Sistemas” e apresentados para fins comparativos, foram auditados por nossa firma, em conformidade com as normas de auditoria vigentes. O respectivo relatório foi emitido em 25 de abril de 2025, contendo modificação de opinião relacionada às áreas de depósitos judiciais, investimentos, ativo imobilizado, contingências judiciais e convênios firmados.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas – NBC TG 1000 (R1), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se

causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalvas. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Natal/RN, 28 de abril de 2026.

Emerson Auditores e Consultores

S/S
Auditores Independentes
CRC/RN 547/O-8 “S” SE

José Diego Braz da Silva

Contador
CRC/RN 10575/O-9 “S” SE

PARECER DO CONSELHO FISCAL PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2025

Nós abaixo firmados, membros do Conselho Fiscal da EMSETUR - EMPRESA SERGIPANA DE TURISMO S/A, reunidos para apreciação da Prestação de Contas Anual do Exercício de 2025, e demais demonstrações financeiras da Empresa, somos pelo parecer que as peças em tela refletem a situação Financeira e Patrimonial do período, objeto de análise, razão pela qual recomendamos que sejam aprovadas pelos membros do Conselho de Administração desta empresa.

Aracaju/SE, 27 de fevereiro de 2026.

ADIERSON CARNEIRO MONTEIRO FILHO

Presidente do Conselho Fiscal da EMSETUR

DANIELA MESQUITA SANTOS

Conselheira Fiscal da EMSETUR

CLAUDIO-ALEXANDRE DOS SANTOS E SILVA

Conselheiro Fiscal da EMSETUR



Documento assinado e certificado digitalmente conforme MP nº 2.200/2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado.



Agência Jornal de Notícias



www.ajn1.com.br

Aponte a camera do seu celular para o QR code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Correio de Sergipe. Acesse também por meio do link: <https://ajn1.com.br/publicacaolegal/>

